

Reportagem Especial

PÓ PRETO

Polícia interdita Porto de Tubarão

Por determinação da Justiça, a Polícia Federal suspendeu por tempo indeterminado a atividade de minério de ferro e carvão mineral

Em cumprimento a uma decisão da Justiça, a Polícia Federal interditou ontem o Porto de Tubarão, em Vitória, por causa do pó preto, suspendendo por tempo indeterminado a atividade econômica de minério de ferro e carvão mineral.

O Complexo Portuário de Tubarão é formado pelos terminais para embarque de minério de ferro e pelotas (Pier II) e pelo Terminal de Praia Mole (TPM), por onde é feita a importação de carvão mineral. A interdição foi feita nesses locais.

A retomada da operação vai depender da Vale, que administra o Porto de Tubarão, apresentar um plano de contingenciamento, que será analisado pela Justiça.

Nesse plano, segundo destacou o delegado de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Vitor Moraes Soares, deve conter medidas eficazes para evitar a emissão de poeira de carvão no ar e de pó de minério no mar de Vitória.

Ele esclareceu que não houve interdição na ArcelorMittal. No entanto, a empresa não poderá exercer atividade econômica no porto, uma vez que ela é cliente da Vale e traz o carvão usado na usina siderúrgica por meio do complexo.

Além de cumprir o mandado, policiais terão a missão de fiscalizar se não houve violação nos lacres feitos ontem. Se isso acontecer, a decisão prevê multa diária de 2/30 avos do faturamento mensal, o que equivale a cerca de R\$ 500 milhões, considerando que a receita bruta da Vale no terceiro trimestre de 2015 foi de R\$ 23,74 bilhões.

Em sua decisão, proferida na última terça-feira, o juiz federal titular da 1ª Vara Federal Criminal – Seção Judiciária do Estado, Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa, ressaltou que “diligência recente dos policiais federais, promovida em 25/11/2015 por via marítima junto ao Complexo Portuário de Tubarão e registrada na mídia, demonstra que a prática lesiva ao meio ambiente remanesce.”

O juiz também citou em sua decisão que nas apurações realizadas nos arredores do Pier II e TPM foi feita “assustadora filmagem.” Ele declarou que a interdição do porto foi necessária até que “cesse a atividade criminosa”, referindo-se a um suposto crime ambiental.

No complexo há também o Terminal de Produtos Diversos (TPD), no qual ocorre o embarque de grãos e o desembarque de fertilizantes e ainda pelo Terminal de Granéis Líquidos (TGL), que opera na movimentação de combustível. Porém, nesses dois casos, não houve interdição das atividades.



TADEU BIANCONI/ VALE

PORTO DE TUBARÃO: retomada da operação vai depender de a Vale apresentar um plano de contingenciamento

A OPERAÇÃO

PASSO A PASSO

Equipe

Em uma lancha da Polícia Federal, sete policiais saíram na manhã de ontem da sede da PF, em São Torquato, Vila Velha, e foram para o Porto de Tubarão, em Vitória.

TERMINAL DE PRAIA MOLE

> O PRIMEIRO alvo foi o Terminal de Praia Mole, onde a lancha encostou na escada e os policiais desceram, por volta das 8h30. No local, informaram ao gestor do terminal sobre a interdição.



> LACRES foram colocados em 4 descarregadores de navio (guindastes) usados para descarregar carvão. A polícia diz que o produto cai no mar e é levado pelo ar.

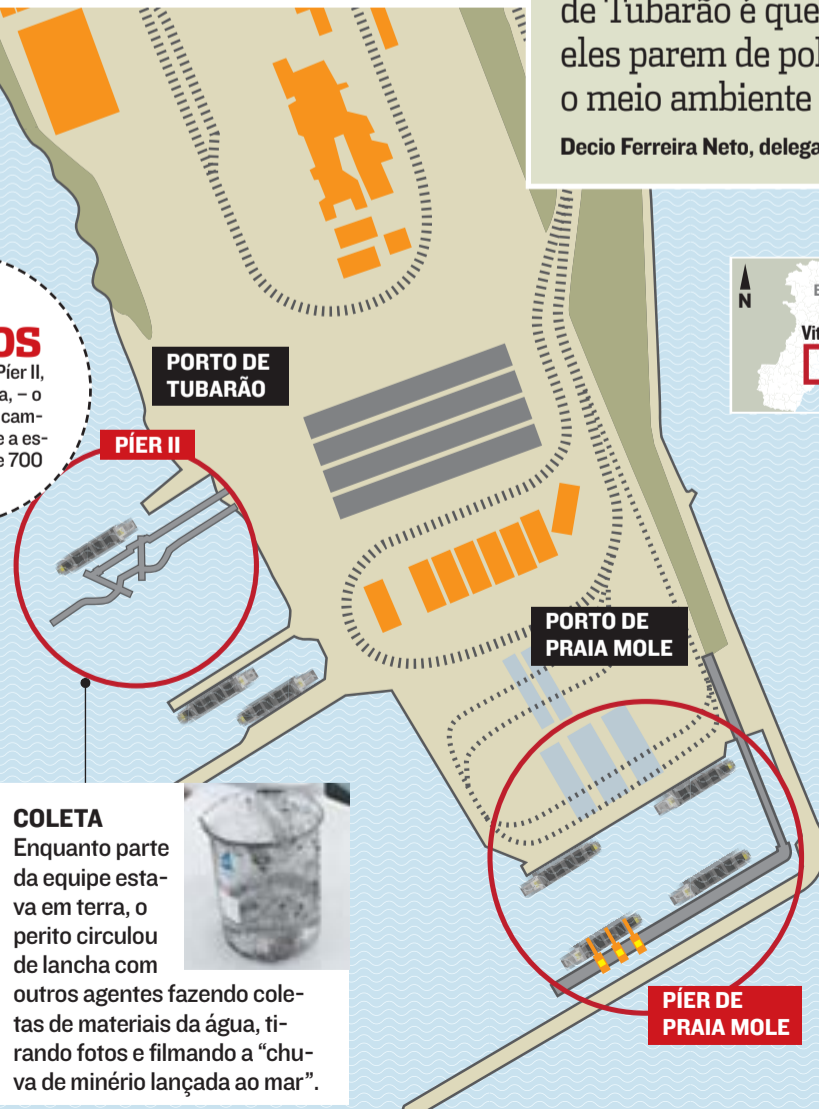
PÍER II

> DEPOIS, OS POLICIAIS foram para o Pier II, onde chegaram por volta das 11 horas. O trajeto durou cinco minutos, de lancha. No local, lacraram as correias transportadoras, uma espécie de esteira que transporta o minério de ferro até os carregadores de navio, que fazem o embarque do produto nas embarcações. O produto acaba caindo no mar e é levado pelo vento, segundo a polícia.



FOTOS: POLÍCIA FEDERAL

700 METROS é a extensão do Pier II, segundo a polícia, – o que equivale a 7 campos de futebol – e a esteira tem mais de 700 metros.



COLETA Enquanto parte da equipe estava em terra, o perito circulou de lancha com outros agentes fazendo coletas de materiais da água, tirando fotos e filmando a “chuva de minério lançada ao mar”.



OPINIÕES



“A decisão foi extremamente ousada, baseada em elementos colhidos nas investigações”

Vitor Moraes Soares, delegado



“É simples: a condicionante para liberar o Porto de Tubarão é que eles parem de poluir o meio ambiente”

Decio Ferreira Neto, delegado



Reportagem Especial

TRECHOS DA SENTENÇA

Poluentes

“A disseminação de poluentes na região metropolitana da Grande Vitória, em decorrência da falta ou insuficiência de mecanismos sustentáveis na atividade dessas empresas, é fato notório que perdura anos a fio. Sequer se fariam necessárias maiores incursões técnicas para aferir o incômodo trazido aos moradores de Vitória e arredores pelo conhecido ‘pó preto’, que invade de forma visível praias, residências e outros ambientes”.

“Sequer se fariam necessárias maiores incursões técnicas para aferir o incômodo trazido aos moradores”

Interesses econômicos

“Não se trata de episódio isolado (se referindo às constatações da Polícia Federal), e sim de uma conjuntura consolidada, que impõe à população local danos concretos e recorrentes, protela medidas mais eficazes por parte das empresas responsáveis, pretere o direito à saúde e ao meio ambiente e privilegia interesses econômicos, sem primar por critérios de sustentabilidade mais coerentes”.

Doenças respiratórias

“O material produzido (resultados de estudos epidemiológicos sobre poluição do ar e saúde realizados na região da Grande Vitória) apresenta o resultado de pesquisas realizadas na região e conclui pela existência de índices mais elevados de doenças respiratórias e cardiovasculares em bairros adjacentes à Ponta de Tubarão”.

“Ao longo dos anos, acostuma-se a sociedade ao pó preto e às inexistentes condições de balneabilidade no mar de Vitória”

Balneabilidade

“Ao longo dos anos, acostuma-se a sociedade ao ‘pó preto’ e às inexistentes condições de balneabilidade no mar de Vitória. Morre a vida, e leva consigo as chances de regeneração do ecossistema, fazendo pesar a poluição como estéril legado deixado a gerações cujo ‘direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado’ foi solenemente prometido pelo constituinte originário”.

Fonte: Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa, juiz federal titular da 1ª Vara Federal Criminal no Estado.

O QUE DIZ A LEI

Reclusão de 1 a 5 anos

> ART. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

> § 2º SE O CRIME: V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos: Pena - reclusão, de um a cinco anos.

PÓ PRETO

“Vi uma chuva de minério no mar”

Ainda com o corpo brilhando após participar da operação de interdição no Porto de Tubarão, o perito criminal federal André Bittencourt dos Santos, declarou à imprensa: “Vi uma chuva de minério caindo no mar”.

Ele e o delegado Decio Ferreira Neto — responsável pelas investigações — classificaram as imagens flagradas no Complexo de Tubarão em novembro de 2015, quando foi feita a primeira vistoria, e as de ontem, como impressionantes.

O juiz federal Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa também destacou isso em sua decisão, dizendo que o teor dos arquivos impressiona, face à quantidade de material lançado livremente ao mar e levado pelo vento durante carregamentos de navios.

O perito criminal, que ontem co-

letou água do mar para análises de contaminação na região, disse que o minério fica na superfície da água e é carregado com o vento para a maré. “Com certeza, a área costeira é atingida. A gente ainda não fez uma avaliação muito extensa para verificar até que ponto esse material consegue chegar, mas que atinge o litoral, atinge”.

Por isso, irá colher material na Ilha do Boi e Curva da Jurema para saber se a poluição atingiu essas praias, como ocorre em Camburi.

Decio Ferreira falou que irá ouvir depoimentos de diretores da Vale e gestores do Pier II e Terminal de Praia Mole, previsto para fevereiro.

O delegado ressaltou que já ouviu cidadãos afetados pelo pó preto e o então presidente da CPI do Pó Preto da Câmara de Vitória, o vereador Davi Esmael. “Esses depoimentos



ANDRÉ BITTENCOURT, perito criminal, com material colhido na operação

também foram importantes para o pedido de interdição do porto.”

Decio frisou que, além da multa, se houver violação dos lacres cabe prisão por crime de desobediência. A pena é de 15 dias a seis meses.

Ele ainda explicou que as investigações em torno do assunto começaram em 2013, pela Polícia Civil, mas que a Justiça Estadual questionou a competência e o inquérito foi enviado à Polícia Federal.

Para ele, talvez agora o problema do pó de minério seja resolvido,

diante da responsabilidade criminal. “As punições na esfera cível não tinham eficácia, era multa irrisória pelo tamanho do que a empresa produz.”

Ele destacou que não há estudo que comprove a origem desse pó preto. “O que vimos aqui, nas investigações ao Complexo de Tubarão, coletando esse material da água, de fato isso contribui.”

Sem citar nomes, disse que outras empresas responsáveis por poluir o ar e mar serão investigadas.

CENAS



PERITO CRIMINAL André Bittencourt ficou sujo de minério de ferro enquanto coletava água do mar.



A LANCHA usada pela Polícia Federal na operação de ontem também ficou repleta de minério de ferro.



AGENTES federais se impressionaram com o que viram. Um deles gritou em vídeo: “Chuva de minério”.

Em 1990, atividades também foram suspensas

Não foi a primeira vez que as atividades da Vale e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual ArcelorMittal, foram paralisadas.

No dia 29 de agosto de 1990, a reportagem de A Tribuna publicou a notícia de que o governador do Estado à época, Max Mauro, determinou a interdição das empresas até que se comprometessem a reduzir o nível de poluição.

Na época, a medida foi adotada como retaliação, já que as empresas se negaram a assinar um termo de compromisso já acertado com o governo do Estado. Pelo termo, elas deveriam adotar medidas para reduzir os poluentes emitidos.

A Companhia Vale do Rio Doce, nome da empresa naquele período, assinou termo de compromisso no dia 1º de setembro de 1990 e voltou a operar.

Já a CST, assinou acordo no dia 5 de setembro, após a vinda do ministro da Infraestrutura Ozires Silva ao Estado. Pelo termo, a empresa teria de reduzir a poluição em três anos.



CAPA E REPORTAGEM DE A TRIBUNA sobre a interdição das empresas

RECLAMAÇÕES DE MORADORES

LEONARDO DUARTE/AT



Crises de asma

Após se mudar da orla de Camburi, em Vitória, para Itaparica, em Vila Velha, a artesã Cláudia Santos, 50, acreditava que iria se ver livre do pó preto com o qual conviveu durante muitos anos. Para sua surpresa, a situação permaneceu a mesma e, segundo ela, o pó só tem aumentado.

“Tenho asma e durante muito tempo fiz tratamento para saber o motivo de tantas crises. O médico descobriu que era realmente o pó preto. Uso constantemente medicamento para a asma e descongestionantes. Além disso, a casa tem de ser limpa todos os dias.”

Limpeza diária

Há cinco anos morando em Jardim da Penha, Vitória, a administradora Aliandra Karla Freitas de Oliveira, 36, e a filha Manuela Oliveira Torres, de 7 anos, convivem com o pó preto em casa.

Segundo Aliandra, de alguns meses para cá a situação piorou. “Se a porta da varanda ficar aberta, todos os dias dá para ver na mesa de vidro a quantidade de pó. De um dia para o outro ele já se acumula e tem de limpar todos os dias.”



LEONARDO DUARTE/AT

Reportagem Especial

PÓ PRETO

Empresas multadas em R\$ 68 milhões

Prefeitura de Vitória aplicou multa para Vale e ArcelorMittal, no valor de R\$ 34,2 milhões para cada uma das empresas

Vale e ArcelorMittal receberam cinco multas cada uma por causa da poluição do ar em Vitória. O valor total das multas aplicadas pela Prefeitura de Vitória foi de R\$ 68,4 milhões, sendo que cada uma das empresas recebeu a multa de R\$ 34,2 milhões.

A maior multa dada às empresas foi de R\$ 30,5 milhões, por provocar continuamente poluição com grande impacto ambiental, com riscos à saúde e ao meio ambiente. Outra multa foi de R\$ 2,06 milhões, por fazer os níveis de poluição ultrapassarem o estabelecido em lei. Uma terceira multa foi dada como agravante por continuidade, com valor de R\$ 1,05 milhão.

Segundo o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, a punição estava sendo planejada antes da publicação do decreto que aumentou o

valor das multas por danos ambientais, na segunda-feira.

“Demonstramos a rejeição e o clamor da cidade para que isso não aconteça mais. Temos uma poluição fora dos padrões”, afirmou.

Segundo Luciano Rezende, os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente produziram laudos e embasaram em aspectos técnicos e jurídicos para que as multas não sejam derrubadas.

“Estamos usando todos os meios possíveis para conter a poluição. Inclusive, o de cessar a atividade até que os índices de poluição caiam. Essas medidas vão deixar o custo de poluir em Vitória mais alto.”

A procuradora municipal de Vitória, Flávia Marchezini, afirmou que todas as multas foram baseadas em pareceres técnicos e científicos. “Antes, as multas não foram feitas pois não existiam padrões estabelecidos por lei. Com a lei municipal de qualidade do ar, agora as empresas podem ser multadas.”

Após o recebimento das notificações, as empresas terão duas instâncias para recurso, com prazo de 20 dias em cada uma delas.

A Vale foi notificada na tarde de ontem e afirmou que vai avaliar a



COMPLEXO DE TUBARÃO: após o recebimento das notificações, as empresas terão duas instâncias para recurso

notificação para se manifestar dentro do prazo estipulado. A ArcelorMittal informou que ainda não recebeu a notificação.

INDENIZAÇÃO

O vereador e presidente da CPI do Pó Preto na Câmara de Vereadores de Vitória, Davi Esmael, vai encaminhar ofício à prefeitura para que ela peça indenização de R\$ 3,2 milhões por gastos com saúde de moradores de Vitória.

Luciano Rezende, ao ser questionado sobre o assunto, não descartou a possibilidade, porém preferiu não comentar se vai entrar ou não com a ação contra a empresa.

AS MULTAS PARA CADA EMPRESA

R\$ 272.653,52

Deixar de cumprir deliberações do Condema em relação à emissão de poeira, névoas e gases.

R\$ 272.653,52

Baseada em denúncia de morador, por operar atividade com potencial poluidor em desacordo com a legislação.

R\$ 1.050.209,66

Agravamento por continuidade da in-

fração denunciada anteriormente.

R\$ 2.061.144,58

Contribuir para que o ar atinja níveis ou categoria de qualidade inferior aos fixados em lei.

R\$ 30.580.054,68

Provocar continuamente a degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente risco para a saúde pública e o meio ambiente.

TOTAL: R\$ 34.236.715,96

Pó preto pode causar 10 doenças

Quem convive constantemente com o pó preto em alguns bairros da Grande Vitória está mais suscetível a doenças, principalmente do sistema respiratório. Segundo médicos, a poluição está ligada ou agrava pelo menos 10 doenças.

O presidente da Associação Médica do Estado (Ames), o pneumologista Carlos Alberto Gomes, afirmou que todos que moram na re-

gião sofrem com os efeitos da poluição. “Não só o minério é nocivo à saúde, mas também os gases, como dióxido de enxofre, expelido da pelletização do minério.”

Segundo ele, essa poluição é responsável por problemas como rinite, bronquite, sinusite, além de desencadear asma e tosse crônica.

O presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunopatolo-

gia, José Carlos Perini, afirmou que, mesmo pequenas quantidades são responsáveis por doenças respiratórias e cardiovasculares.

“A OMS (Organização Mundial da Saúde) é clara, material particulado, mesmo em padrões aceitáveis, causam doenças respiratórias como asma, agravamento de enfisema pulmonar, doenças pulmonares obstrutivas crônicas. Também cau-

sam aumento do risco de enfarte do miocárdio, pois leva a problemas circulatórios, já que a poluição compete com o ar que respiramos.”

O pneumologista infantil e pediatra Mário Tironi Júnior enfatizou que quem tem problemas respiratórios deve ter cuidados em casa, evitando tapetes, cortinas, além de passar o pano úmido no chão, no lugar de varrer.

Ambientalistas querem rigor nos controles de emissões

A decisão da Justiça de interditar o Porto de Tubarão foi comemorada por ambientalistas que lutam para acabar com o pó preto na região metropolitana. Mas eles acreditam que ainda é necessário discutir e ampliar os controles ambientais das empresas de Tubarão.

“Queremos soluções, levar para níveis aceitáveis a qualidade do ar e do mar. O enclausuramento (método para a contenção do material particulado) é conhecido desde o século passado, mas como tem custo elevado, preferiram não fazer. Precisamos continuar cobrando, para que a decisão não caia. Não queremos fechar a empresa, mas solução para a poluição”, afirmou o presidente da Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi.

Para o presidente da Associação Amigos da Praia de Camburi, Paulo Pedrosa, é necessário mudar a postura das empresas no parque industrial de Tubarão.

“Estamos felizes com a interdição, uma vez que as empresas não querem fazer o que precisa para sanar os problemas. Temos gastos diariamente com remédios, limpeza das casas. O parque industrial tem de ter indústrias limpas, essa é a nossa vontade.”

OPINIÕES



“Todo excesso de poluição é prejudicial quando se tratam de problemas respiratórios”

Mário Tironi Júnior, pneumologista infantil



“Todos são afetados pela poluição. Ela causa doenças como rinite, bronquite e agrava asmas”

Carlos Alberto Gomes, pneumologista e pres. da Ames



“A legislação nacional aceita poluição sete vezes mais alta que o estabelecido pela OMS”

José Carlos Perini, presidente da Asbai



“Enclausurar a produção é técnica conhecida há muitos anos, mas não fazem pelo alto custo”

Eraylton Moreschi, pres. da Juntos SOS Ambiental



“O parque industrial de Vitória tem de ter indústrias limpas. Essa é nossa vontade”

Paulo Pedrosa, pres. da Ass. dos Amigos da P. de Camburi

Reportagem Especial

PÓ PRETO

Paralisação ameaça dois mil empregos

Dois mil. Esse é o número de empregos que podem estar em risco com a paralisação das atividades no Píer II (minério de ferro) e no Píer de Carvão (Praia Mole) do Porto de Tubarão determinada pela Justiça, segundo o presidente do Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo (Sindifer), João Batista Cavaglieri.

Algumas das principais funções são operador de sala de controle, operador de equipamentos móveis, arqueadores de navio e eletricitas.

Cavaglieri afirmou que a categoria vai ficar alerta para evitar que durante a paralisação nas atividades no porto haja demissões.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo (Sindimetal), Roberto Pereira Souza, afirmou que a categoria também está receosa. “Temos operadores, soldadores, mecânicos, eletricitas e muitos outros funcionários trabalhando no porto. E o fato de parar o porto, trava

tudo. Claro que existe o receio. Queremos evitar que haja um corte de pessoal”.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com Vínculo Empregatício nos Portos do Espírito Santo (Suport-ES), Ernani Pereira Pinto, também teme. “Vai criar uma cadeia de problemas, inclusive para os trabalhadores”, frisou.

Para o presidente do Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico, Antônio Falcão de Almeida, a suspensão das atividades terá como consequência a parada na produção da Vale. “A me-

da inibe a produção de minério. A Vale produz para exportar. Se não pode exportar, onde vai estocar a produção?”, perguntou.

Questionado sobre se a Polícia Federal considerou o prejuízo econômico que a empresa terá com a medida, o delegado de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Vítor Moraes Soares, salientou que a instituição não tem vinculação particular.

“Acho importante deixar registrado o papel republicano da Polícia Federal. O que quero dizer com isso? A Polícia Federal não tem vinculação particular. Ela trabalha para o bem da sociedade”, disse.

E completou: “Ninguém aqui deixa de reconhecer, obviamente, os efeitos econômicos positivos que o complexo portuário traz para o Estado. Entretanto, o trabalho da Polícia Federal é técnico e tem que apurar, independente de interesses privados, se há ocorrência de crime”.

“A Vale produz para exportar. Se não pode exportar, onde vai estocar a produção?”

Antônio Falcão, pres. do Centro de Desenvolvimento Metalmeccânico



ERNANI PEREIRA: interdição vai causar problemas para os trabalhadores

COMO FUNCIONA O PORTO

120 MILHÕES

DE TONELADAS DE PRODUTOS SÃO MOVIMENTADAS NOS SEIS TERMINAIS DO COMPLEXO DE TUBARÃO

SÃO ELLES:

2

Píeres no Terminal de Tubarão – minério

1

Terminal de Graneis Líquidos (TGL) – combustíveis

2

Píeres no Terminal de Produtos Diversos (TPD) – grãos e fertilizantes

1

Terminal de Praia Mole (TPM) – carvão

PÁTIO

> SÃO CINCO VIRADORES DE VAGÕES com capacidade de 7 mil toneladas/hora.

> O PÁTIO DO COMPLEXO tem capacidade de estocar cerca de 4 milhões de toneladas de minério e pelotas.

Os Terminais Portuários do Complexo de Tubarão operam com:



MINÉRIO DE FERRO



CARVÃO



SOJA

E AINDA:

pelotas, calcário, rocha fosfática, manganês, coque, antracito, farelo de soja, milho, cloreto de potássio, ureia, enxofre, entre outros.

ÁREAS INTERDITADAS

PÍER II

> O PÍER II do Terminal de Tubarão, um dos que foram interditados, recebe navios com porte bruto máximo de 405 mil toneladas; comprimento total máximo 365 metros e calado máximo de 22,30 metros.

PÍER DE CARVÃO DO TPM

> O OUTRO LOCAL interditado, o píer de carvão do TPM tem dois berços totalizando 716 metros, com 705 metros de cais acostável. Ele é especializado em operações de descarga de navios, sobretudo carvão siderúrgico, coque e antracito.

> O TPM ATENDE às principais plantas siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo, como a ArcelorMittal Tubarão, a Usiminas e a Açominas.

AS CARGAS SÃO TRANSPORTADAS POR TRÊS LINHAS DE DESEMBARQUE, COM DOIS DESTINOS POSSÍVEIS:

> UM É A ARCELORMITTAL TUBARÃO, cuja planta industrial fica ao lado do terminal.

> O OUTRO são os pátios de armazenagem do próprio terminal, onde são escoadas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

ENTENDA

NAVIOS

> O PORTO DE TUBARÃO recebe cerca de 1.200 navios por ano, entre eles, os maiores graneleiros do mundo, os Valemax, com capacidade para 400 mil toneladas.

INAUGURAÇÃO

> QUANDO FOI INAUGURADO, em 1966, podia receber navios de 150 mil toneladas,

embora a maioria da frota na época tivesse, no máximo, 60 mil toneladas.

EFICIÊNCIA

> É CONSIDERADO o mais eficiente do mundo em termos de giro de pátio.

DIVERSIFICAÇÃO

> SUA INAUGURAÇÃO foi o trampolim

para que o Espírito Santo pudesse diversificar suas atividades – uma vez que a economia do Estado era centrada no café –, atuando em outros atrativos industriais e comerciais.

EXPORTAÇÃO

> A VALE é a maior exportadora global de minério de ferro

Multas contratuais podem chegar a R\$ 103 mil por dia

Além do prejuízo com a suspensão das atividades do Píer II (minério de ferro) e no Píer de Carvão (Praia Mole) do Porto de Tubarão, a Vale terá de se preocupar com possíveis multas contratuais por atrasos na entrega aos clientes.

Segundo o advogado especializado em Direito Marítimo e Portuário Werner Braun Rizk, elas podem chegar a US\$ 25 mil (R\$ 103 mil) por dia.

“A Vale, além de operadora, é exportadora, e tem contratos com armadores do navio e com compradores do exterior. Os atrasos podem gerar multa”, explicou.

Uma delas é chamada “demurrage” ou “detention”. “É a multa por hora de atraso. Quando para a operação do porto, o primeiro custo que incide é esse”, disse Rizk.

Segundo ele, a extensão dos pre-

juízos econômicos é difícil de ser mensurada. “Se houver 10 navios em fila, por exemplo, um vai atrasando o outro. Até normalizar a operação pode demorar”, frisou.

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo (Sindifer), Manoel de Souza Pimenta, destacou que é difícil estimar, no momento, qual o prejuízo diário da mineradora com as paradas.

Ele mencionou outros prejuízos. “O estoque (de minério) que a Vale costuma ter não é suficiente para muitos dias. Se os píeres não forem liberados, as usinas vão parar de produzir, de recolher impostos. É uma intranquilidade para os trabalhadores e mais um imbróglio sem necessidade”, criticou Pimenta.



WERNER RIZK diz que mineradora pode ser punida por atrasos na exportação

Reportagem Especial



MINERAÇÃO da Vale: companhia diz que paralisação vai afetar empresas que dependem do Complexo de Tubarão

PÓ PRETO

Vale vai recorrer à Justiça Federal

Decisão que suspende atividades da empresa no Estado prejudica a economia capixaba e até a de Minas Gerais, justifica mineradora

Dizendo-se “surpresa” com a notificação da Polícia Federal sobre a decisão da Justiça Federal que determinou a suspensão das atividades no Píer II (minério de ferro) e no Píer de Carvão (Praia Mole) do Porto de Tubarão, ontem, a mineradora Vale informou, em nota, que vai acionar a Justiça.

A empresa alegou que a medida judicial traz prejuízos para a economia capixaba e até para a do estado de Minas Gerais. O minério produzido lá é enviado para o Complexo de Tubarão.

“Tal medida paralisa as atividades de exportação e importação da Vale no Espírito Santo, provocando grande impacto na economia do Estado, com reflexos em Minas Gerais”, disse a

mineradora em nota.

Até o fechamento desta edição, às 23 horas de ontem, não havia decisão judicial liberando as atividades da mineradora no Estado.

Uma fonte do mercado, que preferiu não se identificar, destacou que o impacto será sentido por outras empresas do Estado, além da Vale, e de Minas Gerais, como siderúrgicas que precisam do carvão movimentado no Terminal de Praia Mole para alimentar seus altos-fornos.

“A paralisação das atividades vai trazer impacto econômico para grandes empresas, como ArcelorMittal Tubarão, no Estado, e Açominas e Usiminas, em Minas. Normalmente, elas não têm tanto esto-

que para muito tempo. Se as atividades forem paralisadas por muito tempo, as siderúrgicas vão parar”, frisou a fonte.

As três empresas, segundo a fonte, produzem quase 15 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos a partir do carvão transportado pela Vale. Esse material vai para a coqueria, é transformado em coque e entra nos altos-fornos.

Por outro lado, esse mesmo especialista disse que não se consegue parar um alto-forno de repente, se faltar material. “Isso pode até deteriorar equipamentos”, disse.

EMBARQUES

De janeiro a setembro do ano passado foram embarcadas 82,5 milhões de toneladas de minério de ferro da Vale pelo Porto de Tubarão. Isso significa que o porto escoou 33% da produção total da commodity — de 248 milhões de toneladas — pela empresa no período.

Segundo a companhia, em 2014 (último dado fechado disponível) houve o embarque de 106,3 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Porto de Tubarão.

das suas atividades na Ponta de Tubarão.

A empresa reforça ainda que vem atuando e investindo continuamente em seus sistemas de controle ambiental e cumprindo rigorosamente a legislação ambiental vigente. A Vale reitera o seu compromisso com as comunidades da região da Grande Vitória, com o meio ambiente e com as suas operações.”

“Medida paralisa as atividades de exportação e importação da Vale no Espírito Santo, provocando grande impacto na economia”

Nota da Vale

A íntegra da nota da Vale

“A Vale informa que recebeu com surpresa, na manhã desta quinta-feira, 21 de janeiro, notificação da Polícia Federal sobre a decisão judicial que determinou ‘a suspensão temporária do exercício de atividade econômica por parte das empresas Vale e ArcelorMittal Brasil, no Píer II (minério de ferro) e no Píer de Car-

vão (Praia Mole)’.

Tal medida paralisa as atividades de exportação e importação da Vale no Espírito Santo, provocando grande impacto na economia do Estado, com reflexos em Minas Gerais. A Vale informa que irá adotar todas as medidas judiciais cabíveis para garantir o reestabelecimento

Prejuízo para a prefeitura

A paralisação das atividades dos dois píeres do Porto de Tubarão — o Píer II (minério de ferro) e o Píer de Carvão (Praia Mole) — vai trazer reflexos não só para a Vale, clientes e fornecedores, mas também para a Prefeitura de Vitória, por exemplo, com pagamentos de impostos relativos às operações.

Questionada sobre os valores de impostos que deixaria de receber por isso, a prefeitura informou que “o sigilo fiscal garantido por lei impede que a Prefeitura de Vitória informe qualquer valor de imposto gerado pelas empresas.”

Por outro lado, a administração municipal afirmou que “toda redução de produção gera impacto

financeiro.”

EXPORTAÇÕES

Para se ter uma ideia da importância do minério para a economia capixaba, o produto é um dos principais itens da pauta de exportação. No ano passado, foi enviado para outros países o equivalente a US\$ 3,46 bilhões (R\$ 13,14 bilhões na cotação de ontem), 35% do total das exportações capixabas.

A China é o principal mercado e recebe 19% do volume exportado. O problema é que a economia chinesa passa por uma desaceleração — o Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 6,9% em 2015, o mais baixo desde 1990.



NAVIO no Terminal de Praia Mole: Prefeitura de Vitória vai deixar de arrecadar impostos com a paralisação dos píeres

Medida não afeta produção de imediato, afirma Arcelor

Cliente da Vale que recebe carvão no Terminal de Praia Mole, a ArcelorMittal informou, por meio de nota, que a suspensão das atividades do Píer de Carvão “não afeta de imediato as suas atividades.”

A empresa explicou que é cliente da Vale e não operadora dos terminais com atividades suspensas.

“A ArcelorMittal informa que não é operadora portuária dos terminais de minério e carvão (Píer II e Píer Praia Mole, respectivamente) do Porto de Tubarão; e sim cliente dos serviços de descarregamento de carvão, realizados pela Vale”, disse a empresa em nota.

A ArcelorMittal também foi no-

tificada pela Justiça sobre a suspensão das atividades.

APOIO

A Vale recebeu apoio do Fórum das Entidades e Federações (FEF), que, por meio de nota, manifestou preocupação com o que chamou de “medida extrema”.

“Gera, em todo o meio empresarial, alta insegurança jurídica e pode, inclusive, desestimular a atração de novos investimentos nacionais e internacionais”, disse a nota.

Algumas das entidades do FEF são as federações da Indústria, do Comércio e dos Transportes.

ANÁLISE

“Suspensão de atividades aprofunda desequilíbrio financeiro”

“Quando empresas entram em atividade elas geram externalidades, quais sejam, resultados que afetam a vida das pessoas que residem em sua área de impacto.

Eles podem tanto ser positivos, melhorando a qualidade de vida das pessoas, quanto negativos, piorando essa qualidade de vida.

As empresas de base urbana, como é o caso da Vale, tendem a ter um saldo negativo em suas externalidades.

Por isso, devem reservar em seu orçamento anual recursos para a implementação de medidas mitigadoras e de redução desse impacto indesejado quando sua eliminação é impossível.

Quando ali se instalou, na década de 1960, a conscientização am-

biental era muito menor, quase inexistente, e o progresso parecia inexorável.

Firmou-se como uma redenção, face ao intenso desemprego provocado pela queima dos cafezais no interior do Estado.

Agora, o mundo é outro e a imagem que se projeta é de transfiguração marinha, doenças respiratórias e insatisfação habitacional em sua área de influência poluidora.

Já abalada pela retração de demanda internacional, a suspensão de suas atividades aprofunda seu desequilíbrio financeiro, e o governo perde arrecadação.

Mas, quem sabe faz a hora, não espera acontecer. E parece que a Vale esperou acontecer. Infelizmente.”

Antônio Marcus Machado,
economista e professor
universitário

